

Sant'Anna: fé na pressão de governadores

"Se a emenda Cabral passar como está, dentro de seis meses nenhum governador estará mandando nada em seu Estado, nem valendo coisa nenhuma, porque eles que agora controlam as Assembleias passarão a ser controlados por elas. E o que prega o parlamentarismo do substitutivo" — ao fazer essa observação, ontem, o líder do Governo praticamente desvendou o mistério de sua autoconfiança na vitória com presidencialismo: ele está certo de que os governadores darão tudo para evitar o parlamentarismo.

Sant'Anna revelou que consultou ontem três especialistas em direito constitucional para saber se no caso de retirarem das disposições transitórias o prazo de adaptação dos Estados ao parlamentarismo, eles realmente ficariam livres. Ouviu de todos que isso até agrava a situação, porque o texto da Constituição se torna auto-aplicável. A partir daí ele começou a esbanjar otimismo e até disse que se não crêem na sua aritmética, acreditem no seu temperamento.

Alegre e sem demonstrar qualquer preocupação com a busca de votos para aprovar o presidencialismo — dado como derrotado em diferentes pesquisas realizadas entre os constituintes — Sant'Anna realizou várias reuniões com seu grupo e gente de outros partidos com teses semelhantes às suas, mas passou o dia na companhia do subchefe para assuntos parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Eduardo Hargreaves. Preparou destaques e acertou problemas políticos com os grupos.

Ele também está apostando nos votos dos parlamentaristas não ortodoxos, entre os quais se incluem

os senadores José Fogaça, José Richa, Carlos Chiarelli, e os deputados Alceni Guerra e Egidio Ferreira Lima — e outros. Eles buscam ainda uma emenda de consenso, mas recusam o texto do substitutivo e na falta de algo comum, poderão optar pelo presidencialismo porque sabem que o momento não comporta mudanças bruscas de sistema de governo. Ontem, em conversa com o senador José Richa, o líder governista reforçou esse entendimento.

Sant'Anna também negou que durante o encontro de ontem com o Presidente José Sarney e do qual participaram os deputados José Lourenço e Prisco Viana ele tenha se queixado da existência de apenas 12 sarneyistas entre os do PMDB que participam da Sistematização. Segundo o líder, o Presidente gosta de conversa política e quis saber os prós e contras do trabalho realizado para mobilizar votos para a tese de sua preferência.

Depois, assegurou que já conta com 20 votos certos do PMDB para a emenda presidencialista e negou que o Governo vá exercer pressão junto aos constituintes, alegando que entre outras razões para não fazê-lo está a de que ele optou por usar uma catequese especial para cada colega que chama a seu gabinete.

Segundo alguns presidencialistas, os problemas maiores para arremeter os votos necessários à emenda governista estão no PFL. Mas foi apurado que parte dos integrantes desta bancada não aceitam o parlamentarismo puro e na falta de consenso, indo para a divisão, se alinham com o outro grupo.

EUGENIO NOVAES



Richa: cinco anos ou até seis para Sarney

LEONARDO MOTA

Partido de centro

Centro falhou. Essa é a resultante de um projeto de Carta Constitucional que aproximou a esquerda da direita em visões inoperativas de como reger um país complexo como o Brasil. O Centro estava acostumado a trabalhar nas sombras, elaborando um processo de engenharia de sobrevivência política que deu origem ao PP. Mas agora, o ex-deputado Nelson Marchezan considera estar maduro o grande projeto de um partido de centro, voltado para a retomada do poder, absorvendo a direita não radical (malufistas ou uderistas) e os segmentos descontentes do PMDB. Nesse projeto, ex-líder do governo Figueiredo, mas que hoje estaria na presidência da República caso tivesse aceitado o convite do Dr. Tancredo para completar sua chapa, quer ter a parceria dos senadores Marco Ma-

ciel e Jarbas Passarinho.

A visão de Marchezan é que a sociedade pede uma atitude centrada do poder para introduzir as grandes mudanças sociais e econômicas sem o peso que o PMDB atualmente sente em enfrentar temas como o da privatização da economia e o capitalismo. A liberação das inteligências políticas para pensar e agir de acordo com os rumos da modernidade seria o grande programa do partido de centro-direita que correria ao encontro de uma camada da população cada vez mais desinteressada dos políticos, desconfiada das instituições, e desengajada dos partidos.

Marchezan ontem completou seu itinerário em Brasília almoçando com o ex-governador Francelino Pereira, um quadro de experiência em organização partidária, certamente terá encontros em breve com o deputado Prisco Viana, com ele tentando uma célula do PMDB que hoje convive com o poder.

O ex-deputado Nelson Marchezan entende ser possível que o novo partido de centro possa eleger o presidente da República e garantir estabilidade do regime civil, expectativa agora frustrada com a ação sectária da Constituinte, da direita e da esquerda, gerando um análgano de normas que se quer impor como Carta Magna do País.

O QUE SOBRA A SARNEY

Os críticos da manutenção do presidencialismo estão apostando no "presidencialismo imperial" como inimigo a ser aniquilado. Ora, o PMDB tem hoje o comando e a execução da política econômica, política agrícola, ciência e tecnologia, previdência social e saúde, desenvolvimento urbano e reforma agrária, todas elas inspiradas pelo Partido. O presidente Sarney só tem uma política autenticamente sua: a dos transportes, que o PMDB não lhe permite executar, construindo a Ferrovia Norte-Sul. Será o "parlamentarismo imperial".

PESQUISAS PREOCUPAM

O mau desempenho do Governo nas últimas pesquisas preocupa sobre o presidente Sarney, que agora precisava, como nunca, de um bom elenco de ministros para legitimar o presidencialismo.

BRIZOLA SOLIDÁRIO

Observadores políticos observam que o ex-governador Leonel Brizola está junto ao presidente Sarney entre dois mais atingidos pelos preconceitos do segundo substitutivo. Não por acaso, o ex-governador reage pedindo eleições diretas imediatas. Mas observadores lhe aconselham paciência, pois acabará recebendo de graça, e por aclamação, o que agora lhe negam.

Parlamentaristas reabrem diálogo

Aprovação do parlamentarismo na forma da emenda Nelson Carneiro, com implantação prevista para 1º de janeiro de 1990, seis anos de mandato para o presidente Sarney e com eleição direta, em dois turnos para a Presidência da República. Com essas propostas no bolso, o senador José Richa foi encarregado pelo grupo parlamentarista da Constituinte de reabrir as negociações com o Palácio do Planalto em torno do sistema de Governo.

Segundo o senador paraense, a aprovação do parlamentarismo na Comissão de Sistematização está definitivamente assegurada, com pelo menos cinquenta votos a favor. Citando este dado, Richa manifestou a "convicção" de que os presidencialistas estão dispostos a negociar: "Ou eles negociam ou passa o texto do substitutivo, que não agrada a ninguém".

Os deputados Cid Carvalho e Bonifácio Andrada, parlamentaristas, afirmaram que o Governo vem adotando comportamento "muito mais flexível" nos últimos dois dias. Maior prova disto foi a liberação do PFL, pelo presidente José Sarney, para negociar o regime de gabinete na Constituinte. Atualmente, de acordo com o deputado pefelista Saulo Queiroz, onde membros do seu partido na Comissão de Sistematização apoiam a adoção do parlamentarismo, embora condicionado à realização de um plebiscito a 15 de novembro do próximo ano.

Já o mandato de seis anos para o atual presiden-

te, conforme Queiroz, tem o apoio de 55 dos 93 integrantes da Sistematização. Este período, junto com a transição de dois anos e o fim do Colégio Eleitoral, são pontos de que o seu partido não pretende abrir mão.

DOCUMENTO

Durante reunião realizada na casa do senador José Richa, os parlamentaristas decidiram partir da retórica para a aferição concreta de suas forças na Sistematização. Na ocasião, foi firmado um documento de repúdio à implantação imediata do regime de gabinete, como estabelece o substitutivo Bernardo Cabral, e também contra a ressurreição do Colégio Eleitoral. O deputado Israel Pinheiro Filho recolhia ontem assinaturas para o manifesto, que servirá como uma espécie de "manifestação de intenções" a ser utilizado por Richa como argumento junto a Sarney.

No momento em que se comprometem a aprovar um prazo de transição até a implantação do novo sistema de Governo, os parlamentaristas abrem as portas para o acordo com o Planalto. Até ontem à noite, a fórmula que reunia maiores possibilidades de consenso era a patrocinada pelo PFL: dois anos de transição, e seis anos de mandato, no texto das disposições transitórias, e a adoção da emenda Nelson Carneiro no corpo permanente da Constituição. O plebiscito, outra exigência pefelista, ainda não era ponto pacífico para as de-

mais forças parlamentaristas.

ESTRATÉGIA

Embora apostando no acordo, o grupo parlamentarista também definiu uma estratégia a ser adotada caso não saia o consenso. A ideia é pedir destaque para todas as emendas referentes ao regime de gabinete, já que a fórmula do substitutivo Bernardo Cabral não agrada a qualquer das facções do movimento. No momento, a proposta que reúne mais simpatias é a do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Outra tendência, ontem, era a apresentação de um requerimento de prioridade para a votação do sistema de Governo. Segundo o deputado Saulo Queiroz, os parlamentaristas têm maioria para aprovar este pedido na Sistematização. A estratégia é a seguinte: garantida a prioridade para o assunto, aprova-se o texto original do substitutivo, ressalvados os destaques. A etapa seguinte é inserir várias emendas no projeto de Bernardo Cabral, de forma a aproximar o regime dos moldes desejados.

O próximo passo seria a votação das disposições transitórias no que se refere ao sistema de Governo. Aqui o consenso é considerado difícil, e os destaques podem terminar sendo votados de acordo com a consciência de cada um. "Mas aí já teremos garantido a implantação do parlamentarismo no corpo permanente da Constituição", alega-se o deputado Bonifácio de Andrada.

Scalco articula por gabinete e 4 anos

A liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, exercida interinamente pelo deputado Euclides Scalco (PR), vai defender, na Comissão de Sistematização, a implantação do parlamentarismo já em 1988, com mandato de quatro anos para o Presidente da República.

O substituto do senador Mário Covas, que passou todo o dia de ontem em incontáveis reuniões, e designou um grupo de trabalho para, utilizando diversas emendas, "montar uma engenharia" que dê ao "Grupo do Consenso" um bom instrumento de negociação, já que o parlamentarismo é considerado praticamente vitorioso.

O grupo designado por Euclides Scalco (senadores Afonso Arinos, Nelson Carneiro e José Fogaça, e deputado Egidio Ferreira Lima e Bonifácio de Andrada) fez ontem vários destaques, mas só vai realizar o trabalho de "montar uma estratégia" hoje, utilizando o esqueleto da emenda Nelson Carneiro, e pontos das emendas Afonso Arinos, Carlos Chiarelli e Chagas Rodrigues.

A posição da liderança do PMDB na Constituinte é pela implantação do "parlamentarismo já", com um período de 12 meses em que o primeiro-ministro fica imune à moção de censura do Congresso Nacional. Nesse primeiro ano, ou seja, em 88, o Presidente pode indicar ao Congresso, para o cargo de primeiro-ministro, quantos nomes for necessário. Aceito um,

a estabilidade estará assegurada, já que não haverá censura.

Euclides Scalco reuniu-se ontem com o "Grupo dos 32", liderado pelo senador José Richa, para discutir "os pontos em que não entramos em acordo". As divergências, segundo o líder interino na Constituinte, continuam, mas eles acertaram o conhecimento recíproco dos destaques apresentados por cada um dos dois grupos. A liderança do PMDB apresentou cerca de 200 destaques.

INDIRETAS

Os líderes do PMDB na Constituinte, no Senado e na Câmara, Euclides Scalco, Fernando Henrique Cardoso e Luis Henrique, e os líderes do PCB, PC do B e PSB, Roberto Freire, Haroldo Lima e Jamil Haddad, assumiram oficialmente também ontem o compromisso de rejeitar a proposta do relator Bernardo Cabral, que recuperou no seu substitutivo, para o segundo turno das eleições presidenciais, o Colégio Eleitoral.

Em documento divulgado à imprensa, e comunicado antes ao relator da Comissão de Sistematização, as lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda, que defendem o parlamentarismo. Reafirmaram ainda, que não concordam com a implantação deste sistema na área municipal, e que, nos Estados, a implantação não deverá ocorrer antes do término do mandato dos atuais governadores.

Sarney quer intensificar os contatos

O presidente José Sarney criticou ontem a posição intransigente dos parlamentares que estão dificultando as negociações sobre o sistema de governo, e determinou a sua equipe que intensifique os contatos para vencer a votação da Comissão de Sistematização que será realizada nesta quinta-feira.

A crítica de Sarney foi feita durante uma reunião realizada pela manhã no Palácio do Planalto, da qual participaram o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os deputados Carlos Sant'Anna, líder do governo e da maioria na Câmara; José Lourenço, líder do PFL; José Sarney Filho; e Prisco Vianna.

Mas, foi feita uma avaliação da situação dos antecedentes da Comissão de Sistematização, assim como os acontecimentos mais recentes. O Presidente, de acordo com Costa Couto, fez uma consulta sobre a posição de cada parlamentar, com a consequente análise dos possíveis acontecimentos que ocorrerão na Comissão e no plenário da Constituinte.

A principal conclusão da reunião, segundo o Ministro, foi que "é preciso seguir em frente. Trabalhar pensando no bem do País", pois não se chegou a um conceito sobre o certo ou o errado, porque o Governo respeita a posição daqueles que discordam das suas. Couto voltou a afirmar que o Governo tem plena confiança que vai vencer o confronto de plenário.

Ari Cunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Assunto Constituinte: o povo não gosta mais

Pelo que eu tenho ouvido, o assunto Constituinte está aborrecendo o povo, e a informação corrente é a de que o Congresso não está tomando conhecimento do que o eleitor está querendo.

A explicação não é difícil, a ver-se que cada constituinte resolveu fazer a sua própria Constituição, e agora, a batalha dos destaques, é a prova da imaturidade política de quem está tratando do assunto.

Tudo isso, apesar de há poucos dias atrás, os Estados Unidos terem comemorado os duzentos anos de sua Carta.

Há um clima de mediocridade no ar, que abafa até os que seriam capazes de um bom trabalho. O desejo desesperado de ver sua contribuição grafada, faz com que muita gente se exceda nas suas naturais cautelas diante do ridículo a que muitos se projetam.

Na linguagem do povo, a Constituição vai custar muito a ser promulgada. Vai haver ainda muita discussão, muita vaidade queimada. Outro dia ouvi uma galaticice, segundo a qual, a nossa Constituição vai ser promulgada no dia em que o sargento Garcia prender o Zorro.

ELEIÇÃO — A bancada de Brasília está lutando para criar a Assembleia Comunitária. Seria o estranho Panamá que nasceria para muitos cargos, muitas nomeações, e mais sangria nos cofres do Distrito Federal, que não estão no melhor dos mundos. A Constituinte, se quiser prestar um bom serviço, bem poderia salvar a cidade desse mal.

ANÚNCIOS — As investigações sobre a compra e pagamento adiantado de apartamentos em Brasília para a Previdência Social estão detectando um fato estranho. E que logo em seguida ao pagamento, os jornais locais se infestaram de anúncios de venda de imóveis, com telefones falsos e preços adulterados. A investigação começou partindo do fato de que nenhum anúncio marca o preço, e nos adulterados havia a importância registrada.

ROUBO — A Delegacia de Roubos de Veículos está desenvolvendo um trabalho de grande valor policial. Um carro roubado em outubro passado teve, em dezembro, uma multa registrada pela Polícia Rodoviária. Agora, de posse desses dados, os agentes estão checando várias cidades, e o carro se for apreendido, marcará um grande feito de investigação.

FESTIVAL — Quando terminar esse Festival de Arte, os rescaldos mostrarão um fato deprimente para um país que pensa ser democrata. Um intelectual do Chile, convidado, não conseguiu falar, porque a plateia misturou arte com política. Na verdade, quem ia fazer a conferência sobre Pablo Neruda e Gabriela Mistral era tanto quanto o presidente da Academia Chilena de Letras, Roque Esteban Scarpa. Da vergonha maior, um mímico do Rio Grande do Norte, sobre a mesa, fazendo macaquices.

Pesquisa indica que mandato encolherá

A redução do mandato do Presidente da República para quatro anos poderá ser a grande surpresa da Comissão de Sistematização se estiver correta a pesquisa da Fundação Milton Campos, feita entre seus integrantes e suplentes. Enquanto apenas seis aprovam o mandato da atual Constituição (6 anos), 71 pretendem reduzi-lo para quatro e 43 concordam com os cinco.

Essa pesquisa, coordenada pelo deputado Bonifácio de Andrada (MG), será analisada hoje na reunião da bancada do PDS que discutirá, também, a sistemática de oposição ao Governo Sarney. O deputado Victor Faccioni (RS) deseja que o PDS insista junto à presidência da Câmara que marque a data de comparecimento do Ministro do Planejamento para explicar a ação de intermediários em seu Ministério.

OPOSIÇÃO

Em contato com a liderança do PDS, o deputado Bonifácio de Andrada informou que sua pesquisa não está assinada formalmente, mas sabe como se-

rá o voto de cada um dos constituintes que se pronunciaram. E que as pesquisadoras anotavam suas respostas o nome do parlamentar consultado.

O questionário tem, de acordo com o próprio Bonifácio, revelações surpreendentes, como a referente ao mandato do Presidente da República. Confirmada, porém, o equilíbrio entre o grupo dos que desejam maior apoio as escolas públicas e os que defendem as particulares. O objetivo da Fundação Milton Campos foi recolher informações para que o PDS tenha uma visão prévia de como se comportará a Comissão de Sistematização.

O PDS deverá optar hoje por um linha de oposição mais enfática ao Governo Sarney. A maioria dos seus integrantes acha que o Governo está muito aquém das expectativas e que está faltando a uma oposição adequada. Sem radicalismos, mas sem indecisões ou tibiezas, tendo como próximo objetivo esclarecer devidamente a ação de intermediários na liberação de recursos para as prefeituras.